*Artigo

Proposta de Reforma Previdenciária ocasiona injustiça social, afirma especialista

Com a volta dos trabalhos legislativos neste mês, um dos temas que deverá seguir de forma acelerada em Brasília é a Proposta de Emenda Constitucional que reforma a Previdência Social (PEC 287/2016). Enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional no início de dezembro, deverá ser discutida em uma comissão especial. O objetivo é que a votação seja definida, ainda, no primeiro semestre.

Entre os pontos mais controversos da medida estão mudanças relativas à idade mínima e tempo de contribuição para que o trabalhador possa requerer o benefício e dar entrada na aposentadoria. Torna-se necessário atingir a idade mínima de 65 anos e pelo menos 25 anos de contribuição. Nesse caso, o requerente receberá 76% do valor da aposentadoria – que corresponderão a 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual desta média para cada ano de contribuição. Para receber a aposentadoria integral (100% do valor), o trabalhador precisará contribuir por 49 anos – a soma dos 25 anos obrigatórios e 24 anos a mais.

O Governo aponta que a reforma é necessária por causa do envelhecimento da população e do aumento das despesas da União com o pagamento de aposentadorias, e que as medidas fazem parte do pacote de ações previstas para o ajuste fiscal da economia. Para o especialista em Direito Previdenciário e professor do Centro Preparatório Jurídico (CPJUR), André Luiz Moro Bittencourt, apesar de haver lógica na argumentação, a aprovação da reforma, como proposta, deverá gerar uma séria diminuição nos direitos dos trabalhadores.

De acordo com o jurista, o texto proposto tem como fundamento uma informação errônea e visa apenas a retirada de direitos do elo mais fraco, no caso o trabalhador brasileiro e o cidadão de baixa renda. “Não estou dizendo que não há a necessidade de reforma. Elas são decorrentes das mudanças da sociedade, mas as contas apresentadas pelo Governo Federal deixam de fora as rubricas decorrentes do PIS, da Cofins, dos jogos de azar, etc., incluindo apenas as contribuições dos trabalhadores e empregadores”.

O fato de que muitas pessoas que permanecem no mercado de trabalho, por não ter como sustentar a família com o benefício da aposentadoria - ou mesmo para manterem-se ativos -, contribuem com o sistema sem a possibilidade de recálculo do benefício, bem como notícias que os maiores devedores da Previdência Social não vêm sendo chamados para acertar as contas com o Governo Federal, além dos desvios das receitas previdenciárias para custeios de outras despesas sem relação com o sistema, são algumas distorções apontadas por Moro, que colaboram com a visão de que a reforma visa a cortar somente “a carne” do trabalhador e, principalmente, da população mais necessitada.

Agora, pela proposta apresentada, a aposentadoria por tempo de contribuição será extinta; e aquelas por idade, igualadas para população urbana e rural aos 65 anos de idade, independentemente do sexo do trabalhador, prevendo ainda que todo trabalhador em regime de economia familiar faça contribuições para que o benefício lhe seja deferido. “Unificar critérios para população urbana e rural e também para os sexos é certamente deixar de se atentar ao princípio da igualdade que tem como meta diminuir disparidades existentes em qualquer sociedade”, alerta o especialista.

O advogado prevê que, ao definir idade mínima aos 65 anos a uma sociedade que não emprega quase 65% de sua população com mais de 50 anos, sem que haja possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição, abre-se precedente para um grande número de pessoas sem emprego e, por consequência, sem contribuição ao sistema de proteção social. “Jogar na miséria quase 70% por cento da população de uma nação é realizar justiça social?”, questiona.

André Bittencourt é vice-presidente executivo da Sociedade Brasileira de Previdência Social, especialista em Direito Previdenciário e professor do CPJUR

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Álcool e os jovens

A ingestão precoce de álcool é a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos de idade em todas as regiões do mundo. O dado está no Guia Prático de Orientação sobre o impacto das bebidas alcoólicas para a saúde da criança e do adolescente, lançado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Às vésperas do carnaval, o principal objetivo do documento é alertar pediatras, pais, professores e os próprios adolescentes para os prejuízos do consumo precoce. Segundo estudos científicos citados no guia, quase 40% dos adolescentes brasileiros experimentaram álcool pela primeira vez entre 12 e 13 anos, em casa. A maioria deles bebe entre familiares e amigos, estimulados por conhecidos que já bebem ou usam drogas. Entre adolescentes de 12 a 18 anos que estudam nas redes pública e privada de ensino, 60,5% declararam já ter consumido álcool. As pesquisas mostram que o tipo de bebida mais consumida entre os jovens varia de acordo com a região. No Centro-Oeste, Sudeste e Sul há consumo maior de destilados, como vodca, rum e tequila.

Consequências I

Os médicos ressaltam que quanto menor a idade de início da ingestão de bebida alcoólica, maiores as possibilidades de se tornar um usuário dependente ao longo da vida. De acordo com pesquisas, o consumo antes dos 16 anos aumenta significativamente o risco de beber em excesso na idade adulta.

Consequências II

Para especialistas, o consumo precoce pode levar a uma série de consequências nocivas. Os adolescentes que se expõem ao uso excessivo de álcool podem ter sequelas neuroquímicas, emocionais, déficit de memória, perda de rendimento escolar, retardo no aprendizado e no desenvolvimento, entre outros problemas.

Febre Amarela

Desde ontem, 6, viajantes procedentes do Brasil terão que apresentar o Certificado Internacional de Vacinação com registro da dose contra a febre amarela, aplicada pelo menos dez dias antes da viagem, para entrar no Panamá. Na semana passada, o governo da Nicarágua também anunciou a exigência.

Recuperação

O governo federal deve repassar R$ 2 milhões para a recuperação de danos causados por chuvas intensas no município de Castanheira. O recurso, segundo o Ministério da Integração Nacional, deve ser usado para a construção de quatro pontes no município. O pedido foi feito pelo município.

*Bastidores da Política

Frota do Samu

O governador Pedro Taques (PSDB) vai a Brasília nesta terça, 7, para buscar renovar a frota do Samu em Mato Grosso. Ao todo, serão quatro ambulâncias para Campo Verde, Jaciara, Juína e Rondonópolis. Mato Grosso possui 31 ambulâncias em funcionamento.

Debandada

Com a possível debandada do PV, o Mato Grosso Muito Mais já estaria sem dois aliados. O primeiro foi o PDT, quando o governador deixou a sigla por divergências com o presidente Zeca Viana, que, hoje, é seu opositor. A busca por espaço na gestão Pedro Taques é uma reivindicação unânime de partidos.

E mais

Conforme a assessoria do governo estadual, Taques também deve se reunir no ministério da Educação para tratar de convênios que estão parados. Além disso, o tucano aproveita a ida ao Distrito Federal para cobrar o Exército Brasileiro a doação da área do 44ª.

PP

O ministro da Agricultura Blairo Maggi (PP) afirmou que seu partido não deverá participar do Governo Pedro Taques. Recentemente, o chefe do Executivo estadual tentou uma aproximação com a sigla e convidou Neri Geller (PP), para assumir uma Pasta em seu Governo. O convite, no entanto, foi recusado.

‘Virou as costas’

O presidente estadual do PV, José Roberto Stopa, afirma que o governador Pedro Taques (PSDB) virou as costas para o partido, após ajudá-lo a se eleger em 2014 ao Palácio Paiaguás, e, por isso, não deve colaborar numa possível disputa à reeleição.

Fora da base

“A decisão de ir para o Governo não me parece uma decisão que o partido queira fazer. Talvez algumas pessoas queiram, desejam, mas o partido como um todo não tem esse rumo a tomar. Pelo que tenho conversado com as lideranças, é esse caminho que a gente vai seguir: ficar fora da base”, disse Maggi.

Desvalorização

“Infelizmente, o governador jamais ouviu o PV, (...) Para caminharmos com Taques, teríamos que ser valorizados. E não é ter cargo, mas sim sermos ouvidos”, disparou o dirigente. Com isso, continua se desintegrando a conhecida coligação Mato Grosso Muito Mais.

Eleições 2018

O ministro afirmou que a decisão do partido em ficar fora do Governo Taques nada tem a ver com questões políticas, tampouco com a disputa eleitoral de 2018. Nos bastidores, contudo, as informações dão conta de que Taques buscaria uma aproximação com o partido para caminhar junto ao PP em uma eventual reeleição ao Governo.

Teto de gastos deve congelar salários de todos os Poderes

O projeto de lei complementar que estipula teto de gastos na administração estadual, caso seja aprovado, deverá congelar os salários não só dos servidores do Poder Executivo, mas também do Legislativo e Judiciário. A informação é do presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (PSB).

“O teto pega todos. Se for aprovado ele pega todos, não pode ter aumento para ninguém”, informou Botelho, em entrevista à Rádio Centro América na manhã desta segunda-feira, 6. “Eu acho que se tem que fazer um sacrifício, que faça para todos. Não é justo o funcionário do Executivo não ter e lá na AL ter aumento, ou o Judiciário receber. Eu acho que não ter que ter não. Se vai fazer um sacrifício, te que ser todos. Todo mundo faz e daqui a pouco as coisas melhoram e começa a haver essa reposição pra todo mundo”, completou o parlamentar.